



ATA DE REUNIÃO
Comitê de Gestão de Pessoas

HORÁRIO	LOCAL	DATA
16h	Telepresencial pelo Google Meet	14/9/2026

Presentes:

- Desembargadora Coordenadora Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim;
- Juíza Camila Ceroni Scarabelli;
- Juíza Juliana Benatti;
- Juíza Maria Flavia de Oliveira Fagundes (suplente);
- Servidor Ataur Torino Dalpino;
- Servidora Camila Lelis Yamaya (suplente);
- Servidor Alan Rogério Oliveira Simões de Melo;
- Secretário da Gestão de Pessoas, Luiz Henrique de Freitas Pereira (titular);
- Servidora representante do SINDIQUINZE, Liliam Maria de Camargo (suplente);
- Representante da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Patricia Luchi Pesce.

Ausências justificadas:

- Desembargadora Susana Graciela Santiso;
- Desembargador Helio Grasselli;
- Desembargadora Ana Cláudia Torres Vianna;
- Juíza Andreia de Oliveira, representante da AMATRA XV (suplente);
- Juiz Breno Ortiz Tavares Costa, representante da AMATRA XV (titular);
- Assessora da Gestão Estratégica, Iara Cristina Gomes (titular);
- Servidora Susana Haydee Flores Cucatti (titular);
- Servidora Monica Laterza Lopes (suplente);
- Servidor Rodrigo Cesar Barros da Rosa;
- Servidora representante da Secretaria de Gestão de Pessoas, Carolina Magalhães Serne Carnevali (suplente);
- Servidora representante da Assessoria de Gestão de Pessoas, Helen da Silva Paes de Souza (suplente);
- Servidor representante do SINDIQUINZE, Alessandro Luis Niza (titular).

Pauta/ Assuntos	1- PROAD 18208/2025: Pesquisa CLIMOR (Gestão de Clima Organizacional) - Para "proposta de trabalho, contendo as informações relativas à origem e aos objetivos da iniciativa, ao escopo pretendido, ao plano de ação subsequente, ao cronograma de execução, à forma de desdobramento dos resultados e à estrutura responsável pelo acompanhamento das ações decorrentes" (despacho de doc. 20); 2- PROAD 17669/2026: Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho solicita informações referentes à Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ nº 255/2018 - Ciência e ratificação do preenchimento; 3- Outros assuntos.
----------------------------	---

TÓPICOS DEBATIDOS / RESULTADOS

A Excelentíssima Desembargadora Coordenadora Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim iniciou o encontro cumprimentando e agradecendo pela presença de todas e todos.

1- [PROAD 18208/2025](#): Pesquisa CLIMOR (Gestão de Clima Organizacional) - Para "proposta de trabalho, contendo as informações relativas à origem e aos objetivos da iniciativa, ao escopo pretendido, ao plano de ação subsequente, ao cronograma de execução, à forma de desdobramento dos resultados e à estrutura responsável pelo acompanhamento das ações decorrentes" (despacho de doc. 20):

Dra. Larissa pontuou que os Comitês assessoram a Presidência em demandas internas e externas, com auxílio, sugestões, execução, propostas, respostas ao quanto solicitado etc.

Nesse sentido e sob esta ótica, com o objetivo de fazer um diagnóstico do que está bom e do que pode ser melhorado, com enorme relevância dentro da instituição e sendo um instrumento que pode ser utilizado com frequência para aprimorar a parte técnica e humana, esse Comitê elaborou a proposta de “Pesquisa de Clima Organizacional.”

Aguardou-se a movimentação de servidores, a criação de novos Gabinetes de Desembargadores, a alteração no 1º Grau para Secretarias Conjuntas, dentre outras situações que ocorreram durante todo o ano de 2026, buscando-se o melhor momento para sua aplicação.

Obteve-se autorização da Presidência e foi criado um subgrupo no Comitê com o objetivo de planejar a aplicação da pesquisa.

No entanto, este Colegiado Temático teve ciência do último despacho da Presidência, de 31 de agosto de 2026, retornando o PROAD à conclusão, solicitando “sugestão de proposta de trabalho, contendo as informações relativas à origem e aos objetivos da iniciativa, ao escopo pretendido, ao plano de ação subsequente, ao cronograma de execução, à forma de desdobramento dos resultados e à estrutura responsável pelo acompanhamento das ações decorrentes, possibilitando nova apreciação quanto à conveniência e oportunidade de sua implementação”.

Não obstante alguns dos dados estarem nos estudos, o Comitê concluirá material contendo as seguintes informações solicitadas: aplicação, período, tabulação, análise, divulgação dos resultados; cronograma de execução; plano de ação e a estrutura responsável pelo acompanhamento, incluindo novas datas planejadas para cada uma das etapas ou apenas lapso de dias necessário para cada etapa; reafirmando o diagnóstico referente à validade, à oportunidade e à pertinência desta pesquisa para o Tribunal.

Luiz Henrique acrescentou que é necessário contextualizar a origem da proposta de pesquisa; reforçando que, provavelmente, não será possível fixar datas, mas sim duração de tempo para cada etapa; bem como que o plano de trabalho sobre os resultados e a estrutura de quais áreas ficarão com o acompanhamento destes resultados possivelmente caiba à própria Administração indicar, podendo o Comitê dar sugestões amplas de ações a serem executadas, conforme os resultados apurados.

Ataur salientou que o comitê pode sugerir as áreas que ficariam responsáveis pela elaboração e execução de plano de trabalho sobre os resultados obtidos com a pesquisa, como a Coordenadoria de Estatística e Pesquisa e a Assessoria de Gestão Estratégica, para trabalhar com os dados estatísticos, por exemplo.

Uma das ideias da Secretaria de Gestão de Pessoas será incluir a pesquisa de clima na proposta de Política de Gestão de Pessoas, para possibilitar a execução recorrente, a cada Administração, visando à adoção de medidas e políticas que incentivem e priorizem o sentimento de pertencimento, e foquem a preparação para gestão e substituição, dentre outras estruturas e melhorias.

Dra. Larissa requereu que Luiz Henrique e o grupo de trabalho interno juntem as informações levantadas como cronograma e plano de trabalho, respondendo às indagações da Presidência no Proad respectivo.

Resultados: O Comitê votou por responder, por meio desta ata e das informações do plano do grupo de trabalho interno, de forma a registrar manifestação e resposta no respectivo PROAD.

2 - [PROAD 17669/2026](#): Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho solicita informações referentes à Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ nº 255/2018 - Ciência e ratificação do preenchimento:

A Exma. Desembargadora Coordenadora explicou que o Comitê teve ciência do levantamento realizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio do encaminhamento realizado pela Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês (DACC), área que também procedeu ao encaminhamento das respostas, dentro do prazo solicitado pela Presidência e pelo CSJT.

Foram rememoradas as informações solicitadas, como ocupação de mulheres na composição de comissões, comitês, grupos de trabalho e os motivos para não atingimento de 50% de componentes, estando este Tribunal com mais de 46% de ocupação feminina nessas composições, o que demonstra crescimento nos índices.

Foi relatado, ainda, que se indicou o Comitê de Gestão de Pessoas como colegiado responsável pela atuação acerca da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina, no âmbito deste TRT-15, conforme Ato Regulamentar GP nº 008/2024.

Resultados: Sem divergências, o Comitê ratificou as informações prestadas pela DACC no documento 12, ficando à disposição para acompanhamento em caso de nova intimação sobre os resultados do formulário.

3- Outros assuntos:

Dra. Larissa lembrou do evento sobre Comunicação Não Violenta, no próximo dia 25, das 10h às 11h30. O Comitê aguardará a divulgação do *banner* oficial do evento, pela Escola Judicial, para reforçar o convite ao público interno. Além disso, as(os) integrantes ficaram responsáveis por divulgar entre suas áreas, tanto para participação presencial como virtual. O tema será abordado com enfoque na ligação com a inteligência artificial, bem como a questão emocional ligada ao uso cada vez mais frequente das ferramentas de IA, além da comunicação entre gestores e subordinados.

Informou, ainda, sobre o curso sobre o enfrentamento contra a violência doméstica, para capacitação dos agentes de polícia judicial, com aulas proferidas pelas Exmas. Magistradas Ana Cláudia Torres Vianna e Juliana Benatti, abordando o protocolo do Programa ViDA ([Resolução Administrativa nº 016/2025](#)) e a comunicação não violenta. Dra. Juliana pontuou a frequência de atualizações da Lei Maria da Penha, que incluiu a violência vicária (caracterizada pelo uso de pessoas, familiares ou relações de dependência para infligir sofrimento à mulher). Sugeriu incluir parágrafo na norma citada deste Tribunal, para que as atualizações da Lei Maria da Penha sejam abarcadas no normativo regional. Para tanto, este Colegiado voltará ao assunto na próxima reunião, em outubro.

Nada mais a tratar, a Excelentíssima Desembargadora Coordenadora Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim agradeceu novamente a todas e a todos pela participação, encerrando a reunião às 17h05.

Ata preparada por:	Patricia Luchi Pesce Chefe da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em:	14/9/2026
Ata aprovada por:	Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim Desembargadora Coordenadora	Em:	15/9/2026